

## O TEOREMA DA MODERNIZAÇÃO EM EUCLIDES DA CUNHA E A CONSTRUÇÃO DO HOMEM E DO ESPAÇO POLÍTICO BRASILEIRO

Lúcio de Brito Castelo Branco\*

A campanha de Canudos tem (...) a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã – tivemos na ação o papel de *mercenários inconscientes*. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – *O tempo* (Euclides da Cunha – *Os Sertões* – Campanha de Canudos – 1957, p. XI e seg. 25ª ed.)

### Resumo

*O texto procura compreender o papel de Euclides da Cunha enquanto pensador pioneiro das contradições sobre "brasilidade", especialmente a partir das oposições contidas nos binômios: Autonomia – Autenticidade, Cosmopolitismo – Progresso. Por outro lado, percebe-se, ao mesmo tempo, que as mesmas contradições, acima assinaladas, estavam atuantes, internamente na própria obra desse autor, na relação entre o ponto de partida teórico – tributário do social-darwinismo europeu do século XIX – e a especificidade da realidade a ser apreendida.*

---

\* Professor no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

## **Introdução**

A obra de Euclides da Cunha é um conjunto de teoremas – uma geometria do espaço nacional. Trata-se de um espaço construído, transformado em *templum* que se cristaliza na história. Euclides não foi apenas um “engenheiro social animado de ideal político”, foi antes de tudo um geômetra das linhas fundamentais do espaço físico e humano do sertanejo.

É certo que seu instrumental teórico-conceitual utilizado era importado e eivado do esforço eurocêntrico, legitimador do processo de expansão das metrópoles hegemônicas, mas a matéria-prima de Euclides – a terra, o homem em sua luta de vida ou morte, era uma realidade absolutamente singular à qual estava acorrentado prometicamente. O desafio consistia em explicar e compreender um outro mundo, uma outra paisagem, uma outra formação étnico-cultural, configurados em uma dimensão existencial própria, com um modo de vida, estilo e ritmo originais. Estava portanto em causa um estudo ontogenético da realidade político-social, a fim de categorizar o espaço, o tempo e o movimento no contexto histórico da época. Parafraseando André Gide, pode-se dizer que os teoremas euclidianos são um romance, o qual se estrutura em um processo de integração rítmica<sup>2</sup> de tempo social e cultural através da ação do homem em um espaço mítico.

No plano conceitual o dilema de Euclides redundava em um impasse, pois o liberalismo e o ideário conservador e social-darwinista eram faces de uma mesma moeda – o “equivalente universal” da pretensa superioridade da cultura e da civilização européias. De um lado o reconhecimento de que as desigualdades em uma escla evolutiva universal eram consequência do sucesso do mais competente no jogo da livre concorrência e, de outro lado, a naturalização do mais apto, do homem e do meio – europeus, em oposição à negatividade dos não-europeus, condenados eternamente à sujeição e ao atraso. Em outras palavras, na perspectiva social-darwinista, a fraqueza e a inferioridade dos povos submetidos à dominação européia seriam um atributo ontológico insuperável. A alternativa da explicação liberal era aparentemente mais progressista, entretanto implicava reconhecer e legitimar a dominação em virtude da pura incompetência do dominado em condições de uma igualdade concorrencial no mercado livre. Em contrapartida, as concepções social-darwinistas incentivaram o processo de conhecimento em um sentido dialético, na medida em que a singularidade do homem e do meio extra-europeus possibilitavam um processo substitutivo inconsciente tendente a assimilar a lógica hegemônica do dominador e transferi-la ontologicamente para o dominado.

Segundo Sílvio Romero, dava-se assim a “darwinização da crítica”<sup>3</sup>, ou seja, um processo de seleção de termos e categorias analíticas do material importado dos centros de produção de teoria, o que propiciava efetuar momentos de ruptura formal com o universo da dominação colonizadora. A vontade de realizar o modelo teórico importado, um projeto político-social baseado na pseudo-neutralidade técnico-científica, em um contexto onde não havia nem o homem nem o meio europeus, condicionava a busca de explicações originais que pudessem explicitar com coerência e consistência teórica as causas reais do atraso e da sujeição nacionais. Na prática isso se traduzia em um processo de investigação sistemático dos fenômenos sociais peculiares e na consequente rejeição e correção dos padrões teóricos existentes, e até mesmo na elaboração crítica de novos conceitos e categorias, com a finalidade expressa de viabilizar a realização de um projeto nacional independente.

O jovem oficial republicano, de formação positivista eclética e influenciado romanticamente pelos socialistas utópicos, era absolutamente um indignado, no sentido da teoria crítica, com a realidade nacional, polarizada secularmente entre senhores e escravos e cristalizada em relações despóticas e autocráticas. Das relações dialéticas entre o senhor e o escravo origina-se uma atitude de profunda prostração, a submissão total como premissa de integração e ascensão em uma ordem social perversa. Atento às lições de manifesto republicano, percebia a distância infinita entre o país definido de acordo com os cânones jurídicos das sociedades burguesas européias e o país real, no qual “só há um poder ativo, onímodo, onipotente perpétuo, superior à lei e à opinião, e esse é justamente o *poder sagrado*, inviolável e irresponsável. *O privilégio, em todas as relações com a sociedade – tal é, em síntese, a fórmula social e política de nosso país – privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou de alguns sobre muitos*” (grifo nosso)<sup>4</sup>.

### O quadro histórico em perspectiva

Durante seu tempo de ginásiano, Euclides encontrou, no colégio Aquino, o mestre Benjamin Constant Botelho de Magalhães, e, como toda uma geração, não escapou à sua influência positivista e republicana que se completou na Escola Militar, onde novamente o reencontra. Em 1886 transfere-se da Escola Central (escola de Engenharia) para a Escola Militar, na qual havia um intenso movimento de idéias, incentivado ainda pela composição social desses estabelecimento. A Escola

Militar dirigiam-se elementos oriundos da classe média que, em função de seus recursos escassos não podiam dar-se ao luxo de optar pela formação jurídica tradicionalmente peculiar à classe dominante.<sup>5</sup> Na Escola Militar, viviam em regime de caserna, tinham um pequeno soldo e, além disso, acesso a uma profissão técnico-científica.

Euclides da Cunha, inflado pelos ideais republicanos, rebelou-se durante uma visita de inspeção realizada pelo Ministro da Guerra, Tomás Coelho de Almeida, à Escola, tentando vergar o sabre e lançando-o por fim ao solo, em gesto de indignação e protesto aberto.<sup>6</sup> Em consequência deste gesto de protesto impulsivo foi excluído da Escola Militar, ainda no ano de 1888, tendo recusado toda e qualquer solução conciliatória, inclusive a desculpa de um colapso nervoso. Após a proclamação da república pôde então retornar à Escola Militar, de onde saiu na qualidade de oficial, em 1890, e diplomado em engenharia militar. Em 1896 decidiu-se Euclides da Cunha por abandonar definitivamente a carreira militar. Teve uma vida errante: trabalhando como engenheiro de estradas e de obras públicas do Estado de São Paulo, vivia praticamente acampado, como se depreende de sua correspondência e segundo o atestaram seus biógrafos.<sup>7</sup> Tentou em 1890, em virtude de necessidades de ordem familiar, obter uma certa estabilidade, submetendo-se para tanto a um concurso para o preenchimento da cadeira de Lógica, no colégio Pedro II. Mal chegou efetivamente a tomar posse da cátedra, pois após ter dado mais ou menos uma dezena de aulas, morreu assassinado em 15/08/1909.

A rebelião camponesa de Canudos,<sup>8</sup> que eclodiu em 1897, no sertão da Bahia, foi o acontecimento que importalizou Euclides da Cunha, o qual, na qualidade de repórter, seguiu junto com as forças militares incumbidas da missão de aniquilar o que era apresentado à nação como uma conspiração, visando a restauração monárquica, a ameaçar os destinos da república recém-proclamada. Euclides também cria nesta versão antes de realizar a viagem ao interior da Bahia, entretanto confrontado diretamente com a realidade da luta, verificara a inexistência de qualquer vinculação de uma pretensa restauração monárquica com a guerra de Canudos.<sup>9</sup> Corrigia-se reconhecendo que a Vendéia cabocla, apesar das pregações anti-republicanas de Conselheiro, não refletia nenhum propósito de cunho político definido.<sup>10</sup> A campanha de Canudos foi para Euclides um verdadeiro teste para a República, no sentido de que as forças armadas terrestres eram os próprios fundamentos do sistema republicano.<sup>11</sup> Durante o Governo revolucionário do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), sucessor do marechal Deodoro da Fonseca, estivera no poder a nova classe média nascida no processo de transformações técnico-industriais da sociedade brasileira em andamento desde a segunda metade do século passado. O governo de Floriano Peixoto<sup>12</sup> fora um governo antioligárquico e nacionalista. Durante seu

período de governo continuou a aumentar o efetivo do exército bem como as dotações orçamentárias<sup>13</sup> necessárias para manter as tropas.

Entretanto, com a instauração de um governo sob presidência de um paulista civil, Prudente de Moraes (1894-1898), iniciava-se o processo de desmontagem da centralização republicano-militar em andamento durante os governos anteriores, do marechal Deodoro da Fonseca e, principalmente, do marechal Floriano Peixoto. O objetivo da oligarquia paulista consistia em afastar os militares da participação política nacional, despolitizar o corpo de oficiais, e enfraquecer o exército, através da redução drástica de efetivos e de orçamentos: assim os efetivos do exército que totalizavam 18.052 homens em 1893, portanto antes ainda da revolta da armada, passavam, em 1896, para 16.500 homens, quando legalmente era previsto um efetivo total de 28.160. O número de oficiais porém atingia a cifra de 33.352, enquanto, segundo a lei de provisões de cargos, não deveria exceder de 1.516. Prudente de Moraes não pôde politicamente pretender sequer propor reduzir o número de oficiais.<sup>14</sup>

Uma das premissas principais para pôr em prática o sistema oligárquico, consistia no enfraquecimento do exército, de um lado, e, de outro, na criação de forças militares estaduais, que pudessem garantir a influência político-oligárquica das províncias em caso de guerra. A organização político-federativa era o pano de fundo que assegurava a hegemonia oligárquica, a qual se enraizava na paróquia política e daí se estendia às regiões, e conforme o peso político-econômico da região detinha a hegemonia política nacional. Com efeito, o pacto político-oligárquico que se havia montado no país refletia o peso de cada província no sistema agrário-exportador do país. Paradoxalmente, a unidade política do país repousava na vinculação da oligarquia regional hegemônica com o Estado, como foi o caso, por exemplo, do apoio dado pelos paulistas a Floriano Peixoto, quando da revolta da Armada e da rebelião federalista do Rio Grande do Sul. A contra partida deste apoio oligárquico foi a preparação do pacto político-oligárquico levada a cabo durante a Presidência de Prudente de Moraes, que ainda encontrava sérias resistências do grupo militar florianista, porém já enfraquecido pela política de cooptação de líderes militares realizada por Prudente de Moraes, e, definitivamente, consolidada durante a gestão de Campos Sales (1898-1902), ambos ex-governadores de São Paulo.

### **A guerra de canudos – política, realidade e teoria**

Como se viu acima, o quadro político era determinado por uma fase em que o regime republicano estava ainda em processo de consolidação e era ameaçado pela instabilidade política reinante. A rebelião de Canudos toma uma dimensão particular justamente em função desta

conjuntura política instável em que se encontrava o país.<sup>15</sup> As forças policiais da província da Bahia mostraram-se incapazes de fazer frente aos rebeldes, tendo sido solicitado o governo federal para enfrentá-los e extirpar a subversão que muitos nos centros políticos situados no sudeste do país criam estar ligada a uma conspiração monárquica, enquanto alguns procuravam, para fins de obter dividendos políticos, identificar a rebelião, distante e totalmente isolada dos Centros de poder, com o movimento monarquista. A opinião pública e as classes médias dos centros urbanos, haviam sido sensibilizadas pela agitação da imprensa que, em bases sensacionalistas havia apresentado, de um modo geral, a rebelião como uma luta decisiva para o destino republicano do Brasil.<sup>16</sup> O fato é que as sucessivas vitórias militares dos guerrilheiros sertanejos e o crescimento da população de Canudos aumentavam enormemente a expectativa angustiante da opinião pública quanto a sorte da República. Isto foi levado a limites extremos quando a primeira expedição regular (antes haviam sido enviadas duas expedições menores), chefiada pelo coronel Moreira Cesar, que foi morto, foi literalmente vencida, obrigada a dispersar-se em fuga desorganizada.<sup>17</sup>

Moreira Cesar havia sido, segundo Euclides, vítima de um processo político na medida em que o “exército se erigia, illogicamente, desde o movimento abolicionista até a proclamação da república, em elemento ponderador das agitações nacionais, cortejando-as, captando-as traindo-as afanosamente e imprudentemente.”<sup>18</sup> Além disso, apesar de sua fidelidade absoluta aos ideais republicanos, Euclides verificava criticamente que o regime republicano não surgira de condições orgânicas da sociedade brasileira, “*era uma herança inesperada*” *recebida pela gente que se aglutinava há 4 séculos na costa atlântica e se deixava empolgar pelos ideais do progresso sem prestar a mínima atenção ao interior, configurando a ilusão de “uma civilização de empréstimo”* (grifo nosso)<sup>19</sup>.

Euclides constatou impressionado o contraste existente entre o Brasil da costa atlântica e o Brasil do interior; foi pioneiro em desenvolver a noção de “dois Brasis”, a qual, meio século após a primeira edição de *Os Sertões* (1902), foi desenvolvida e aprofundada por Lambert<sup>20</sup>. Ambos brasis – o da costa e o do sertão – estavam separados: não se encontravam separados pelo mar, “separam-nos 3 séculos”. Compreendera a luta contra Canudos como um primeiro momento de uma luta prolongada em um processo civilizatório, em que se atacava de fato “uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido” (p. 181), em outras palavras: uma *sociedade arcaica insulada no espaço e no tempo*, representada por um “pequeno grande homem” que sintetizava expressamente “todos os erros, todas as credices e superstições, que são o lastro do nosso temperamento” (p. 548). A expedição militar, a marcha em direção a Canudos, correspondia as-

sim a uma *nova conquista*, à penetração armada das forças da civilização em choque com uma população abandonada, submetida a um verdadeiro “*colonialismo interno*” (conceito também presente na obra de Euclides) que consistia em um conjunto de contradições espaciotemporais entre os brasileiros da costa influenciados por uma “civilização de empréstimo”, portanto inautêntica, e os brasileiros do interior, de uma civilização atrasada porém autêntica<sup>22</sup>.

Não obstante a influência da ideologia do colonialismo inerente às proposições social-darwinistas, de que se utilizava Euclides para procurar explicar cientificamente os conflitos histórico-culturais, não se rendia ao determinismo cego, era um autor consciente e engajado, *para quem a realidade contava mais que qualquer teoria*, e por isso não deixou de condenar veementemente o crime que se havia cometido contra Canudos, que era também um crime contra a própria nacionalidade. Ao reconhecer que: “*Estamos condenados à civilização*”, Euclides tinha consciência de que somente as armas do progresso poderiam possibilitar e garantir o desenvolvimento e a sobrevivência de uma civilização brasileira: “*ou progredimos ou desaparecemos*” (grifo nosso)<sup>23</sup>.

Esta foi a verdadeira lição da guerra, segundo Euclides, pois a verdadeira vitória consistiria, efetivamente, na integração do sertão à civilização e à vida política da nação a fim de garantir a unidade nacional.<sup>24</sup> Euclides estava dividido entre a teoria importada, que era na verdade uma expressão ideológica do processo colonial, e a procura incansável de compreender e explicar os processos reais, o *novum* contido nos fatos que observava diretamente, como patriota convicto. Os desvios teóricos de Euclides foram resultantes do esforço de fundamentação científica de suas observações colhidas empiricamente. De 1898, data de seu regresso, até 1891, trabalhou incansavelmente, nas horas em que podia descansar do exercício da engenharia, na fundamentação científica de *Os Sertões*.

Entre 1897, quando presenciou os acontecimentos, e 1902, quando o seu libelo veio a público em forma de livro, decorrem cinco anos. Nesses cinco anos Euclides mudou muito. A mudança fica denunciada, eloquentemente, nas diferenças entre o *Diário de uma Expedição* e *Os Sertões*. Não são apenas diferenças de qualidade, de um rascunho para um livro. Há outras, mais importantes. Euclides da Cunha fora a Canudos com uma idéia a respeito do problema. Sua profunda honestidade lhe fez ver que a posição antiga era falsa – por isso na volta da Bahia é um outro homem. A diferença fundamental, entretanto, não está ainda nisso: está em que Euclides, antes de transformar o rascunho em livro, arma-se para a empresa que o absorve, consulta autores, testemunhas, compêndios, faz notas, elabora um andaime enorme para a sua construção, refaz a sua cultura, preenche os vazios de seus conhecimentos especializados, procura compreender uma série de aspectos. *Os Sertões* têm uma história. São, na verdade, obra difícil, elaborada com lentidão, guardando uma finalidade à história. No libelo, justo em seu conjunto, haverá vítimas injustiçadas” (grifo no original)<sup>25</sup>.

Entretanto, os conceitos e categorias fundamentais assimilados por Euclides estavam marcados por valores ideológicos que refletiam a visão de mundo etnocêntrica dos contextos culturais de origem. Inclui-se a incipiente produção científica que se realizava no Brasil reproduzia os horizontes etnocêntricos contidos nos pacotes teóricos importados. Assim é que Euclides aceitava como postulado verdadeiro o ponto de partida de Gumplowicz, que atribua à “luta de raças” o papel de “força motriz da história”, identificando “luta de classe” com “luta de raças”, ou seja, dando continuidade e um novo sentido ao mito marxista da “luta de classes” a fim de justificar a dominação de elites políticas que seriam concomitantemente, como raça, os mais aptos, no sentido darwinista, de “Kampf ums Leben” (luta pela vida).<sup>26</sup>

A preparação do *Diário de uma Expedição* resultou certamente em uma obra notável, em que a criação literária se baseava na construção científica; em *Os Sertões* verifica-se que a perspectiva científica permeia cada linha e mostra o encantamento romântico de Euclides pelo país e sua paisagem: “A introdução do *espírito científico* na literatura histórica, ‘o colorido romântico’ que ele deu, talvez sem querer, a todas as suas grandes páginas, sintonizando-as com o meio intelectual, a ‘identificação do escritor com a natureza’, cujos acidentes ele estava perfeitamente bem preparado para entender, são parâmetros da grande figura” (grifo nosso)<sup>27</sup>. Não se poderia negar contudo que, através da influência social-darwinista sobre o pensamento de Euclides, popularizou-se uma série de preconceitos em relação à mestiçagem, preconceitos de fundo autoritário e aristocrático em relação ao próprio povo.<sup>28</sup>

### A MENSAGEM: Autonomia e Consciência Crítica

Não obstante, “Euclides da Cunha devia ser o primeiro, entre nós, a lançar as bases de uma verdadeira alforria intelectual”, segundo Sodré, que acrescentava: “foi o primeiro a colocar em equação os problemas da terra e do homem”.<sup>29</sup> Euclides da Cunha foi considerado, com razão, ao lado de Sílvio Romero e Alberto Torres, como um dos “três maiores pensadores que o Brasil possuiu”<sup>30</sup>. Roquette-Pinto, anteviu providencialmente a importância transcendental de *Os Sertões*, a extraordinária obra de Euclides, “o grande livro nacional; o que *D. Quixote* é para a Espanha ou *Os Lusíadas* para Portugal; o livro em que a raça encontra a floração das suas qualidades, o espinheiral dos povos”.<sup>31</sup>

Se de um lado não se pode negar a criatividade e o valor de Euclides; é preciso admitir, de outro lado, que *Os Sertões* pressupõem a existência de transformações estruturais profundas da sociedade brasi-

leira, ou seja, de um crescimento industrial já em curso desde as duas últimas décadas do século XIX.<sup>32</sup>

Euclides pode ser considerado um intelectual iracundo<sup>33</sup>, que esteve em busca obstinada das causas objetivas dos mais candentes problemas nacionais, contribuindo, dessa forma, para a elaboração de uma “consciência crítica” brasileira, premissa *sine qua non* para o surgimento de um autêntico autoconhecimento – momento nodal de um processo de ruptura com um eu cognitivo situado fora do espaço e do tempo nacionais. Tratava-se de dar um basta à subserviência de uma elite intelectual alienada, herodizina, colonizada de corpo e alma:

Pensamos demasiado em francês, em alemão, ou mesmo em português. Vivemos em pleno *colonato espiritual*, quase um século após a autonomia política. Desde a construção das frases ao seriar as idéias, respeitamos em excesso os preceitos das culturas exóticas, que nos deslumbram – e formamos singulares estados de consciência, *a priori*, cegos aos quadros reais de nossa vida, por maneira que o próprio caráter desaparece-nos, folheado de outros atributos que lhe truncam, ou amortecem, as arestas originárias.

O que se diz escritor entre nós, não é um espírito a robustecer-se ante a sugestão vivificante dos materiais objetivos, que o rodeiam senão a inteligência que se atura em uma dissimulação sistematizada. Institui-se uma sorte de *mimetismo psíquico nessa covardia de nos forrarmos, pela semelhança externa, aos povos que nos intimidam e nos encantam*. De modo que versando as nossas cousas, nos salteia o preconceito de sermos o mesmo brasileiro que nos for possível. E traduzimos eruditamente, em português, deslembrando-nos que o nosso orgulho máximo deverá consistir em que ao português lhe custasse a traduzir-nos, lendo-nos na mesma língua” (grifo nosso)<sup>34</sup>.

Euclides não só lançou as bases geopolíticas de uma visão brasileira de mundo, mas foi o primeiro pensador brasileiro a representar conceitualmente a *relação total entre espaço, homem e luta enquanto elementos indissolúveis e irredutíveis da formação nacional*. Esta totalidade simbólica é um arquétipo, uma geometria de símbolos, como diz Octávio Paz, no *Labirinto da Solidão*.

A influência do materialismo geográfico de Buckle sobre Euclides foi considerável (do mesmo modo que sobre Sílvio Homero, diga-se de passagem). Se bem que não tenham faltado observações críticas<sup>35</sup> ao autor inglês, mantinha uma certa tendência a explicar as desigualdades e disparidades do desenvolvimento regional em função de uma postura determinista. Por exemplo, as profundas desigualdades entre o norte e o sul explicam-se-iam pelo fato de “que o filho do norte não tinha um meio físico que o blindasse de igual soma de energias”.<sup>36</sup> Um outro exemplo refere-se a um pretenso “conflito inevitável”<sup>37</sup> entre o Peru e o Brasil, em virtude de um imperativo de ordem geográfica.

Intuitivamente e não como decorrência de uma crença inquebrantável no determinismo geográfico, Euclides percebera que se pro-

cessava um deslocamento do centro geo-estratégico do poder mundial para o Pacífico,<sup>38</sup> o que implicava a projeção política de poderes nacionais emergentes. Neste contexto, o expansionismo norte-americano era para Euclides, em consonância com as teorias de Ratzel, um processo natural, decorrente de uma prática política imperialista.<sup>39</sup>

Aos fundamentos geográficos da história de Hegel, Euclides ou-sava acrescentar uma nova categoria, o sertão, uma região que varia da condição de um vale fértil na estação das chuvas até converter-se em um deserto, durante a seca.<sup>40</sup> Euclides é, em nossa opinião, o verdadeiro precursor da moderna geopolítica brasileira e também um dos mais importantes estímulos à formação de uma corrente nacionalista autoritária. Sua influência se faz sentir na configuração de uma *inteligência armada* e no âmbito de várias correntes do movimento modernista. Neste sentido cabe mencionar o papel central atribuído por Plínio Salgado ao caboclo brasileiro na nova vida, o que representa de certa forma uma correção do racismo peculiar à ideologia fascista; aliás, o chege integralista, reconhecia explicitamente que se tornara consciente de sua missão política devido ao estudo sistemático das obras de Euclides, Alberto Torres e Oliveira Vianna.<sup>41</sup> Além disto, cumpre notar que a obra de Euclides contribuiu de modo decisivo para despertar as atenções da intelectualidade para a realidade do interior, comprometendo-a com o drama do homem abandonado e perdido na dispersão do espaço distante do litoral. A obra de Euclides é um marco fundamental no processo de definição política do homem e do espaço brasileiro. Guerreiro Ramos salientou o significado da definição do “espaço brasileiro”,<sup>42</sup> na medida em que isto implica a decisão de realizar um projeto nacional coletivo, a fim de plasmar um sentido de vida histórico-existencial, com base na relação simbólico-estrutural do espaço com a ação.

O *nacionalismo jacobino* de Euclides manifestava-se decididamente contra qualquer forma de conciliação com as tentativas de imitação dos padrões culturais estrangeiros, não aceitava a submissão intelectual ostensiva ou disfarçada à civilização estrangeira: “Ao patriotismo diferenciado alia-se, pior, o cosmopolitismo – essa espécie de *regime colonial do espírito que transforma o filho de um país em emigrado virtual, vivendo, estéril, no ambiente fictício de uma civilização de empréstimo*” (grifo nosso)<sup>42</sup>. É com espírito patriótico que via em Canudos uma *ameaça à segurança nacional*. Esta ameaça não consistia propriamente na luta armada contra o Exército nacional, mas sim no atraso, no isolamento em que se encontrava a população do interior do país, na falta de integração nacional como também na absoluta insuficiência do Exército. Sem dúvida, o sertanejo, identificado e protegido pela natureza agreste, transformava-se também em ameaça militar, na qualidade de guerrilheiro, que consciente de sua própria fraqueza é,

por isto mesmo forte a ponto de, em sua fuga permanente, derrotar o Exército.<sup>44</sup>

O Exército, por sua vez, era obrigado a reconhecer em sua força justamente a sua fraqueza: “Batem-no o homem e a terra” (p. 216). A reação do sertanejo seria uma consequência natural, uma resposta à sociedade que sempre o havia rejeitado e marginalizado e que agora, através da violência das armas queria obrigá-lo a submeter-se, destruindo-o.<sup>45</sup> A vitória militar sobre Canudos, que era uma verdadeira fortaleza natural, descoberta por “algum Vauban inculto” (p. 167), foi entretanto uma vitória extremamente precária, pois ficara claro que o Exército era mais que deficiente, praticamente uma ficção: “Não tínhamos exército” (p. 321), afirmava revoltado Euclides da Cunha. “Faltava tudo. Não havia serviço de fornecimento organizado, de sorte que em uma base de operações provisória, presa ao litoral por uma estrada de ferro, foi impossível conseguir-se um depósito de víveres. Não havia um serviço de transporte suficiente para cerca de cem toneladas de munições de guerra” (p. 331). No que concerne à tropa a situação não era menos deplorável: “Por fim não havia soldados: Os carregadores de armas, que por ali desembarcavam, não vinham dos polígonos de tiro, ou campos de manobra. Os batalhões chegavam, alguns desfalcados, menores que companhias, com o armamento estragado e carecendo das noções táticas mais simples. Era preciso completá-los, armá-los, vesti-los, municia-los, adestrá-los e instruí-los” (p. 331).<sup>46</sup>

É bastante revelador que faltasse às tropas o apoio logístico necessário, bem como uma concepção tática adequada à guerra de guerrilhas. Em um terreno impróprio a artilharia convertia-se em verdadeiros “elefantes de Pirro” (p. 360), ou seja, os símbolos do progresso, os pesados canhões Krupp e Withworth de nada valiam. As sucessivas derrotas, que se atribuíam mentirosamente à excelente qualidade das armas do “exército inimigo”, transformavam a guerra em uma questão de vida ou morte da República, ameaçada pela pseudo-subversão monarquista. Eduardo Prado, que nunca escondera suas convicções anti-republicanas e monarquistas, diagnosticava a situação com bastante perspicácia e mostrava que, de fato fora a própria República a responsável direta pela desorganização do Exército e, conseqüentemente, da capacidade de salvaguardar a defesa nacional.<sup>47</sup>

O trauma experimentado diante de um “inimigo” andrajoso, calou fundo na consciência política do Exército e aprofundou o cisma existente entre o governo e a corporação militar. A fase de agitações culmina com um atentado malsucedido à vida de Prudente de Moraes, responsável pela política da divisão interna das Forças Armadas, e redundando em uma crise de identidade profunda do Exército. Esta crise de identidade, junto com uma série de razões de ordem estrutural, criaram

condições para descentralizar o poder nacional em benefício das oligarquias locais.<sup>48</sup>

Mas a tragédia de Canudos fornecera aos futuros “profetas armados”, negativamente, a consciência de uma missão histórica de redenção nacional consubstanciada na manutenção da ordem interna, na garantia da defesa nacional, na promoção da integração do país através da assimilação da ciência e da técnica modernas. A longeva geração tenentista ver-se-ia diante da tarefa de modernizar o país a qualquer preço, mediante uma grande obra de engenharia capaz de perpetuar demonstrativamente o domínio da ciência e da técnica, as quais se constituem nos fundamentos últimos da modernidade. O desafio civilizatório foi equacionado pela “Intelligentsia” político-militar em termos puramente logísticos, a fim de conquistar pelas armas do progresso o espaço e o tempo que resistem à evolução, segundo os cânones positivistas.

Os algoritmos, os postulados e axiomas elaborados por Euclides da Cunha não evidenciam o rigor do geômetra grego, contudo revelam uma profunda eficácia simbólica no processo de estruturação do discurso da modernização nacional. A compreensão da necessidade imperativa de desparoquializar e romper o isolamento do brasileiro do interior representou um passo decisivo no sentido de buscar racionalmente integrá-lo não apenas no plano nacional, mas, sobretudo enquanto “homem da modernidade”. À idéia da modernidade, no plano da política, corresponde o conceito científico de democracia, a qual transcende o âmbito real dos sistemas e formas de governo, bem como os limites dos partidos, pois “forma-se um democrata como se faz um geômetra, pela observação e pelo estudo”. O conceito de democracia corresponde portanto ao reconhecimento de um sentido pedagógico imanente, pautado na tolerância e na racionalidade, de modo que “o republicano não vencerá – convencerá”. Assim, ao invés de enviar os adversários “à guilhotina, mandá-los-á à escola”.<sup>50</sup>

A autonomia nacional pressupõe a assunção de uma consciência crítica atuante e apta a provocar mudanças essenciais de hábitos e padrões cognitivos, os quais bloqueiam o processo de superação do medo de situações novas e desconhecidas. Efetivamente não é a rotina, a repetição quotidiana de comportamentos e expectativas tradicionais, que ameaçam e inquietam, mas sim a emergência de novos horizontes e níveis de desenvolvimento e progresso. “Não é o bárbaro que nos ameaça, é a civilização que nos apavora”.<sup>51</sup> Diante dos “perigos” estrangeiros, consubstanciados em práticas imperialistas, a questão real, no fim do século passado, já não era, no tocante à expansão norte-americana, um imperativo geográfico e sim de ordem competitiva no plano econômico-industrial e das finanças. O verdadeiro perigo deveria ser localizado internamente, na crise de um sistema que compromete a solidariedade,

os valores e as tradições imprescindíveis para garantir e consolidar a realização do destino nacional.<sup>52</sup>

Finalmente, a essência da obra de Euclides reside na capacidade de equacionar as diferenças e singularidades sócio-culturais, configuradas em dimensões espaço-temporais plurais, sem romper seu compromisso com a verdade, a beleza e a justiça. O teorema de *Os Sertões* desdobra-se epigonalmente como infraestrutura conceitual e inaugura a percepção estética de uma tragédia monumental que se reproduz pela inércia própria à segmentação, à negação e à exclusão radical dos conflitos e diferenças cristalizados no espaço e no tempo. Parafraseando Euclides, poder-se-ia ampliar Canudos e perguntar com ironia se o país “não se rendeu” ou “resistiu até o esgotamento completo”... (p. 541).\*

### Notas

- 1 Freyre, Gilberto: *Perfil de Euclides e outros Perfis*. Rio de Janeiro 1944, p. 62.
- 2 Ritmicamente, *Os Sertões* se assemelham à rapsódia, pois as distinções dos tempos em desenvolvimento sucessivo é evidente: “O *allegro* (‘Terra’), o *andante* (‘O Homem’), o *Scherzo* e o *presto* (‘A Luta’)” (Batista, Juarez da Gama: “O Real como Ficção em Euclides da Cunha”, João Pessoa, 1967, p. 127).
- 3 Romero, Sílvio: História da Literatura Brasileira, Rio de Janeiro v. 1, p. 59.
- 4 Moraes, Evaristo de: *Da Monarquia para a República* (1870-1889), Rio de Janeiro p. 29, citado por Sílvio Rabelo, em *Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro 1947, p. 311.
- 5 Rosa, Virgínia Santa: *O Sentido do Tenentismo*, Rio de Janeiro 1933, p. 14.
- 6 Rabelo, Sílvio: *Euclides da Cunha*, op. cit., p. 54.
- 7 Rabelo, Sílvio, op. cit.; Pontes, Eloy: *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*. São Paulo, 1940; Venâncio Filho, Francisco: *A Glória de Euclides da Cunha*, São Paulo, 1940; Venâncio Filho, Francisco: *Euclides da Cunha e seus amigos*, São Paulo, 1938.
- 8 O movimento messiânico de Canudos, sob a liderança carismática de Antonio Vicente Mendes Maciel foi expressão da extrema pobreza das massas rurais em luta armada contra os potentados latifundiários, e não simplesmente uma consequência de fanatismo religioso ou apenas mais um ato de banditismo rural (cf. Facó, Rui: *Cangaceiros e Fanáticos*, Rio de Janeiro, 1963; Cava, Ralph Della. Brazilian Messianism and National Institutions: A Reappraisal of Canudos and Joazeiro. *Hispanic American Research Review*, 48, agosto, 1968, p. 402-420. Ramos, Jovelino P.: *Intepretando o Fenômeno de Canudos*. *Luso Brazilian Review*, 9, 1, 1974, p. 65-83; Souza, Amaury de: “The Cangaço and the Politics of of Violence in Northeast Brazil”, in: *Protest and resistance in Angola and Brazil: comparative studies*, Ronald H. Chilcote (ed.), Berkeley, 1972, p. 109-131. No perfil de Antonio Conselheiro traçado por Euclides era evidenciada a relação entre a personalidade messiânica do “gnóstico bronco” (a quem aplicara “o conceito de paranóia de TANZI e RIVA”) com o meio ecológico-cultural, bem como procurava, explicar as causas das guerras de famílias, fenômeno característico das sociedades arcaicas do sertão nordestino (cf. *Os Sertões*, op. cit., p. 131-159).

---

\* Artigo recebido em março de 1990.

- 9 Cunha, Euclides da: *Canudos – Diário de uma expedição*, Rio de Janeiro 1939, p. 140-143.  
10 *Os Sertões*, op. cit., p. 181-184.  
11 *Canudos*, op. cit., p. 51.  
12 Euclides tinha opinião negativa quanto a Floriano (cf. Cunha, Euclides da: “O Marechal de Ferro” e “A Esfinge”, in: *Contraste e Confrontos*, Porto, 1941. Isso seria consequência de ressentimentos pessoais, o que teria condicionado a incompreensão do papel político de Floriano (cf. Sodré, Nelson Werneck: *A Ideologia do Colonialismo, seus reflexos no Pensamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1961, p. 126-143 ss.  
13 Ver Tabela in: Coelho, Edmundo Campos: *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro 1976, p. 52, ver outros dados in: Hahner, June E.: *Relações entre Civis e Militares no Brasil (1889-1898)*, São Paulo, 1975, p. 99.

### Abstract

Euclides theorem of modernization and the construction of man and political space in Brazil.

The text seeks to understand the role of Euclides da Cunha as a pioneering thinker about the contradictions of “brasilidade” specially regarding the opposite binominal autonomy – authenticity versus cosmopolitanism-progress. On the other hand it’s to understand that the same over mentioned contradictions are already active in Euclides’ work itself because the epistemological relation between the theoretical premise – tributary to the social-darwinism of lat century – and the singularity of the reality to be graped.

### Rèsumé

Le théorème de la modernisation chez Euclides da Cunha et al construction de l’home et de l’espace politique brésilien.

Ce texte s’efforce de comprendre quel à été le rôle de Euclides da Cunha en tant que l’un des premiers penseurs des contradictions de la “brasilidade”, et cela plus spécifiquement à partir des oppositions suivantes: autonomie – autenticité versus cosmopolitisme – progrès. D’autre part, on s’aperçoit que ces mêmes contradictions sont présentés dans la propre oeuvre de cet auteur au travers de la relation entre le point de départ theorique – qui dépend du darwinisme social européen du XIX ème siècle – et les particularités de la réalité étudiée.